

UNEMAT Editora

Editor: Maria do Socorro de Sousa Araújo

Capa Final: Ricelli Justino dos Reis

Diagramação: Ricelli Justino dos Reis

Editora UNEMAT 2015

online

Conselho Editorial:

Maria do Socorro de Sousa Araújo (Presidente)

Ariel Lopes Torres

Luiz Carlos Chieriegatto

Mayra Aparecida Cortes

Neuza Benedita da Silva Zattar

Sandra Mara Alves Silva Neves

Severino de Paiva Sobrinho

Tales Nereu Bogoni

Roberto Vasconcelos Pinheiro

Fernanda A. Domingos Pinheiro

Roberto Tikao Tsukamoto Júnior

Gustavo Laet Rodrigues

Revista História e Diversidade/Expediente:

Coordenadores /Organizadores: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 6, nº. 1, (2015), 232 p.

Modo de acesso:<<http://periodicos.unemat.br/index.php/historiae-diversidade>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

ISSN: 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural.

CDU 94+304.4 (05)

Editora UNEMAT

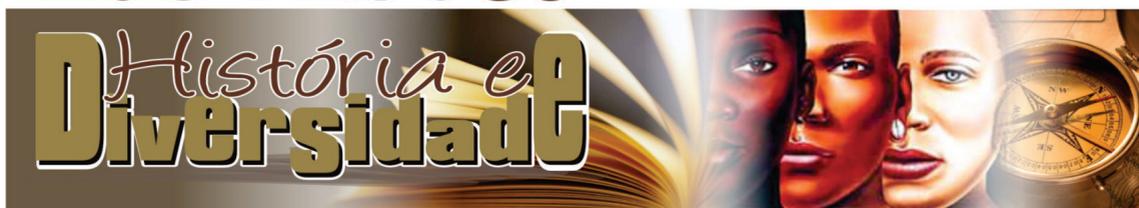
Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavahada

Fone/fax: (0xx65) 3221-0077

Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil

E-mail: editora@unemat.br

Revista



Dossiê “As Leis e suas práticas: a diversidade em exercício”

DIVERSIDADE E DIFERENÇA NO ESPAÇO ESCOLAR: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tânia Mara Pedroso Müller¹

Universidade Federal Fluminense(UFF).

E-mail: [taniamuller@id.uff.br]

Jorge Luís Rodrigues dos Santos²

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro(UNIRIO)

E-mail: [j.rodriguesantos@gmail.com]

RESUMO: A reflexão a que nos propomos neste texto visa resgatar o direito à diversidade e à diferença no contexto da defesa da igualdade. Entendemos que a ressignificação da diferença e da diversidade pode ser melhor compreendida sob a perspectiva da igualdade quando são utilizados termos que redefinem o sentido do problema. Para tanto, apoiamos-nos nas análises realizadas sobre a temática que visaram a conjugação de dados quantitativos e qualitativos, mensuráveis através de diferentes indicadores sociais e educacionais para reflexão dos conceitos.

Palavras-chave: Igualdade/ Diversidade/ Diferença/ Racismo.

ABSTRACT: The reflection that we propose in this text aims to rescue the right to diversity and difference in the context of the defence of equality. We believe that the context of difference and diversity can be better understood from the perspective of equality when used terms that redefine the meaning of the problem. To this end, we support the analysis carried out on the subject that was the combination of quantitative and qualitative data, measurable through different social and educational indicators to reflect the concepts.

Keywords: Equality/ Diversity/ Difference/ Racism.

Introdução

A redução da pobreza no país nos últimos anos não correspondeu à diminuição da desigualdade social. Uma das principais variáveis implicadas nesta desigualdade é a educacional, que se supõe ser superada ao se promover a igualdade social. No entanto, é possível atingir um grau de igualdade que supere definitivamente a desigualdade? A promoção da igualdade permitiria também a superação da desigualdade racial? Este artigo tem como objetivo não somente refletir sobre essas questões, mas também apontar a necessidade de situar a diversidade e a diferença no contexto da igualdade. Para tanto, elegemos dois eixos de reflexão, um do campo semântico e outro do campo da mensurabilidade.

1 Pós-doutora em Antropologia Social pela USP. Doutora em Educação pela UERJ. Professora da Faculdade de Educação da UFF e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Étnico-Raciais no CEFET-RJ. Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) – ABPN. Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Relações Étnico-Raciais, Educação e Formação Docente (GREED/FEUFF). E-mail: taniamuller@id.uff.br

2 Doutorando em Memória Social (UNIRIO), Mestre em Educação (UNIRIO). Especialista em Estudos Afro-Diaspóricos (FE-MASS), Psicopedagogia e Orientação Educacional (FAFIMA), Gênero e Sexualidade (UERJ), Administração Pública (UFF) e Antropologia e Desenvolvimento Cognitivo (UFF). Graduado em Letras. Professor da SEEDUC/RJ. Pesquisador do Grupo de Pesquisas e Estudos Relações Étnico-Raciais, Educação e Formação Docente (GREED/FEUFF). E-mail: j.rodriguesantos@gmail.com

O primeiro eixo busca aproximar-se de uma compreensão dos termos “igualdade” e “desigualdade”. Embora sejam de uso corrente e compartilhem de um sentido tácito, tratam-se de construções sociais que se transformam em processo contínuo. A articulação desses termos com outros com as mesmas características, tais como diversidade e diferença expressa essa preocupação: se por um lado o senso comum compreende a igualdade como a relação entre coisas iguais, que têm a mesma natureza, manifestando, pois, aprioristicamente um sentido positivo, a palavra já perde o consenso quando combinada com o respeito às diferenças. Neste caso, vincula-se a um senso de negação da diversidade, ideia oposta às mentalidades construídas sobre o tema da inclusão. (COELHO, 2012).

Por outro lado, no sentido corrente, o termo desigualdade traria vinculado a si uma noção negativa, quando pode também ser tomada como equivalente às ideias de diversidade e diferença. Desse modo, propõe-se a utilização de termos alternativos, com a finalidade de aperfeiçoar o sentido que se quer aplicar ao texto. Assim, os termos “equidade” e “reconhecimento” são propostos como alternativas semânticas: enquanto aquele traz a noção de igualdade de direitos, não importando se são iguais ou diferentes os objetos, esse remete à aceitação da multiculturalidade: o reconhecimento das diversas identidades culturais existentes (MCLAREN, 2000; SILVA, 2009).

Em seu segundo eixo, o artigo aponta para a importância do papel dos indicadores como instrumentos de mensuração das mudanças que vêm se processando no ensino desde os últimos anos do século passado. O cotejamento dos dados quantitativos e qualitativos fornecidos por alguns indicadores sociais e educacionais permite não apenas a melhor compreensão da evolução do problema, como também fornece informações mensuráveis que dimensionam o impacto de políticas públicas e orientam novas proposições. Concluímos que a contextualização da diferença e da diversidade pode ser melhor compreendida sob a perspectiva da igualdade social quando são utilizados termos que redefinem o sentido do problema e quando a discussão se apoia na conjugação de dados quantitativo e qualitativos, mensuráveis através de diferentes indicadores sociais e educacionais.

A construção da desigualdade

A educação no Brasil, historicamente, desconsiderou as questões da diversidade e diferença no espaço escolar. Nosso sistema de ensino foi construído sob as bases de uma visão de escola cujos padrões são eurocêntricos, brancos e cristãos, o que fez com que nossa cultura escolar (JULIA, 2001; PERÉZ-GOMÉZ, 2001) propiciasse a invisibilidade da diferença e da diversidade e preservasse os valores e padrões hegemônicos. Ressaltamos que a cultura escolar ligada e determinada no projeto político pedagógico da escola revela sua definição de educando, sua inserção no processo educativo e, conseqüentemente, decide aqueles modelos que devem servir de referência para a vida social e intelectual.

Apenas a partir das últimas décadas do século XX a discussão sobre diversidade adentra nos espaços escolares, como resultado de ações da sociedade civil e de movimentos sociais que obrigaram o Estado a construir uma estrutura para o trato da diversidade, da diferença e da elaboração de instrumentos legais que promovam a inclusão e o respeito à pluralidade nos espaços e currículos escolares, ou seja, a inclusão da população negra, sua história e cultura.

Apesar dos avanços e conquistas obtidos que permitiram a universalização, melhoraram o acesso e aumentaram a permanência dos estudantes na escola, ainda existem desafios que necessitam de uma reflexão (e ação) para que se efetive uma educação cidadã, inclusiva e emancipadora, que transforme verdadeira e definitivamente a sociedade brasileira.

Os avanços resultantes da inclusão das temáticas da diversidade e pluralidade existentes na sociedade (raça, classe, gênero, etnia, religião, sexualidades, deficiências diversas) na educação do Brasil são inegáveis. Entretanto, aumentar o acesso e os anos de estudos da população não é suficiente. Deve-se buscar eliminar o preconceito, as intolerâncias, o fracasso e a evasão (principalmente do negro) que ainda fazem parte do cotidiano escolar (COELHO, 2012).

Entendemos ser necessário realizar a plena efetivação das conquistas e dos marcos legais e promover a adequada formação dos educadores e a qualificação dos espaços escolares para o tratamento destas temáticas. É prioritário identificar, discutir e desenvolver ações que permitam eliminar esses entraves que devem ser enfrentados e superados nessas primeiras décadas do século XXI.

No entanto, é necessário se ter clareza quanto ao que efetivamente consideramos como diversidade e diferença no contexto da defesa da igualdade. É essa a reflexão a que nos propomos neste texto.

O desenvolvimento no Brasil de políticas públicas que universalizaram, em especial na última década, o acesso da população menos favorecida e mais vulnerável socialmente a serviços como saúde e educação, a melhoria nas condições de saneamento básico e moradia, a redução de desemprego e melhor distribuição de renda através de programas governamentais, reduziram significativamente a extrema pobreza no Brasil. Entretanto, a desigualdade existente entre diferentes sujeitos sociais ainda permanece. A redução da pobreza não significou a redução da desigualdade, em especial as relativas a gênero e raça. O cientista político Marcio Pochmann (2011, p. 7) afirma que "as desigualdades de gênero e raça são estruturantes da desigualdade social brasileira". Na pesquisa que realizou ele concluiu que, apesar das diversas políticas públicas implementadas, as baixas condições de vida de mulheres e negros se mantêm, além de sua exclusão nos diversos campos da vida social nos quais deveria haver participação igualitária.

Tal análise coaduna-se com as reflexões de Ronaldo Garcia sobre o Brasil se revelar ainda como um país subdesenvolvido, uma vez que esse conceito está atrelado à permanência das desigualdades e injustiças sociais.

Nos últimos tempos, vêm crescendo as evidências e, talvez, a consciência de que somos um dos países mais socialmente desiguais e injustos. Chegou-se até a falar que o Brasil já não seria subdesenvolvido, mas apenas injusto. Acontece que não há um único país considerado desenvolvido que seja tão marcado pela injustiça social como é o nosso. Não por acaso, encontra-se entre os campeões mundiais da desigualdade. Se assim for, continuamos subdesenvolvidos, ainda que a riqueza material existente (e o seu fluxo de produção) possibilite significativa redução da desigualdade e da injustiça sociais e, portanto, a superação do subdesenvolvimento. Mas estamos caminhando nesta direção? (GARCIA, 2003, p.54).

Afirmamos, assim, que a pobreza no Brasil tem gênero e cor e por isso é importante cogitar a influência dessas categorias nas relações sociais e seu impacto, como “dimensão subjetiva” que estrutura preconceitos de gênero e raça e, conseqüentemente, solidifica processos de discriminação e racismo. Estes, por sua vez, perpetram a “pobreza não-econômica” e a “desigualdade ideológica” (BOURDIEU, 2007; THOMPSON, 1987) de mulheres e não brancos, que as políticas públicas universais não conseguem eliminar.

Tal conjuntura é decorrente da construção histórica da sociedade brasileira, sustentada até os dias de hoje, e cujo “Estado brasileiro tem desempenhado um papel de mantenedor da estrutura social construída desde o início da colonização.” (MARCON, 2012, p. 19). A realidade social contemporânea e as desigualdades existentes são, dessa forma, conseqüências de ações e políticas realizadas no passado e que contaram, logicamente, com a participação do Estado.

Inicialmente, a diferença racial foi o fator que determinou o “status social” do negro e sua posição hierárquica na sociedade brasileira. Vale lembrar os apontamentos de Florestan Fernandes (1972, p. 14-15):

O negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. Ele não foi inerte a esse mundo. Doutro lado, esse mundo também não ficou imune ao negro. Todos os que leram Gilberto Freyre sabem qual foi a dupla interação que se estabeleceu nas duas direções. Todavia, em nenhum momento essas influências recíprocas mudaram o sentido do processo social. O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como “igual”.

A sociedade brasileira foi construída a partir da inferiorização das diferenças – quanto ao negro, ressaltou-se – e sustentada pela manutenção das desigualdades. Uma sociedade extremamente hierarquizada, entre dominantes e dominados, senhores e servos, que soube transformar diferenças em desigualdades para garantia do poder, da divisão entre superiores e inferiores, logo, hierarquia. De acordo com Marilena Chauí (2008, p. 70):

É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor (de escravos) – cidadão, e que concebe a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retiradas quando os dominantes assim o decidirem.

No Brasil se perpetuam as desigualdades e se mantém a “carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes”, de acordo com a autora. (CHAUÍ, 2008, p. 74). Disso decorre a importância do papel do Estado na desconstrução de estruturas que sustentam essas distinções e na edificação de novos modelos que promovam a condição de igualdade e equidade, embora respeitem a diferença entre os sujeitos.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de potencializar as políticas públicas que visem a sensibilização dos cidadãos e de agentes públicos para a necessidade de uma trans-

formação cultural que busquem garantir a inclusão do negro e a eliminação do preconceito e do racismo.

Isso pode se dar a partir da mobilização de organizações sociais, da pressão para a construção de uma agenda de mudança social que procure implementar, por meio de seus organismos públicos e em parceria com diferentes instituições nacionais e internacionais, políticas que permitam a modificação da realidade social da população negra para atuarem em diferentes frentes e no desenvolvimento de ações que atendam as demandas existentes.

Como alerta o filósofo Telmo Marcon (2012, p. 25):

Para que a história brasileira seja redimida (emancipada), é fundamental lançar novos olhares para o passado como condição para dar vida às “vozes silenciadas” e, assim, superar as relações de dominação construídas no passado e que ainda se fazem presente na atualidade. [...] A história da sociedade brasileira não está redimida porque persistem resistências não apenas em propor mudanças, mas também em reconhecer o próprio processo escravocrata e suas influências na atualidade.

A mobilização social, em particular dos grupos marginalizados, em situação de vulnerabilidade social e discriminados por questões de raça, gênero e etnia, acaba exigindo do Estado uma ação que favoreça a construção de políticas públicas específicas, focais e de natureza “afirmativa”. Nesse modo, as políticas necessitam estar ancoradas em dados que demonstrem a situação existente e possibilitem a formulação de ações que transformem a realidade. Para tanto, a construção de indicadores adequados à análise das condições nas quais os diferentes indivíduos encontram-se no espaço social pode ser um requisito importante. Esses indicadores podem ajudar a objetivar a tradução de conceitos e significados que apresentem outra interpretação da realidade social, e que apontem caminhos para uma cidadania desejada.

Entretanto, o diverso uso do conceito de cidadania e os diferentes significados do termo demonstram que esta tarefa não é fácil, tampouco simples. Vale lembrar as análises de Andre Botelho e Lilia Schwarcz (2012, p. 11) quando destacam que:

[...] conceitos de cidadania não são estáveis; eles antes convivem e disputam significados e sentidos, não só práticos como simbólicos, até porque respondem a uma variedade de tipologias resultantes das mais diversas experiências históricas. [...] Seus múltiplos significados gravitam, pois, em torno de valores e práticas dos direitos e do reconhecimento dos direitos que, por sua vez, fornecem o conteúdo e os limites da cidadania.

Os conceitos que fundamentam os indicadores sociais, por exemplo, possuem significados que não podem ser considerados fora de contextos que permitirão a sua adequada interpretação. Isso nos desafia a refletir, então, em que sentido os conceitos traduzem um significado adequado às condições concretas nos diferentes espaços e níveis sociais? Que sentidos podem ser percebidos com a sua utilização? Eles verdadeiramente refletem com veracidade a realidade considerada? Quando falamos de igualdade e desigualdade temos a noção do significado concreto desses termos e de sua adequada correspondência

à realidade social? Entendemos que conceitos são construções sociais que se transformam permanentemente, pois estão sempre em processo. Assim, se por um lado se defende a igualdade, também se luta pela garantia das diferenças entre sujeitos.

A construção da igualdade e eliminação da desigualdade pode ter como projeto a transformação social de modo a promover a equidade e o respeito à diversidade. Há que se considerar, porém, que o “discurso” dominante produzido, ainda que pareça, não é “inocente ou imparcial”; ele visa alcançar um objetivo, tem uma intencionalidade implícita, está direcionado e condicionado a um espaço e a determinado contexto. Como observou Foucault (1996, p. 8-9):

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função em conjugar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8).

E Foucault (1996, p. 10) afirma, ainda, com relação ao objetivo primordial da produção de discursos, que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”, ou do qual não queremos abrir mão ou perder.

Igualdade, desigualdade, equidade e reconhecimento

Constatamos que há diversos modos de interpretar os termos “igualdade” e “desigualdade”, e há uma defesa pela introdução dos termos “equidade” e “reconhecimento” na construção de políticas de promoção da igualdade racial. Se considerarmos que o significado corrente da palavra igualdade é a relação entre coisas iguais, que têm a mesma natureza, podemos pensar que a igualdade, que garanta a diversidade e diferença, pode ser algo inalcançável, tendo na realidade apenas valor discursivo, e não concreto, já que nessa acepção poderia até mesmo negar a diferença. E do mesmo modo, se a desigualdade for tomada como no senso comum pode ser considerada como algo negativo, podendo também, por outro lado, ser equivalente às ideias de diversidade e de diferença.

Que concepção de igualdade está subjacente aos discursos correntes? Pode-se pensar que a sua defesa seria, na realidade, a busca pela homogeneização e uniformização da sociedade brasileira? Desse modo, não estaríamos de fato fortalecendo a imposição de um referencial dominante, eurocêntrico, branco e excludente? A busca dessa igualdade teria como intenção não somente a promoção desejada, mas a eliminação (e desconsideração) da diversidade e da diferença? Será que o caminho certo é aquele em se busca a promoção da equidade, ou seja, a garantia de direitos? Concordamos com o que defendem Andre Botelho e Lilia Schwarcz (2012, p. 11) quando afirmam:

Ser detentor legítimo de direitos e obrigações sugere, em primeiro lugar, que cidadania sempre envolve uma dinâmica de inclusão e exclusão, suas reivindicações de inclusão no usufruto de direitos, e se criamos critérios para incluir alguém estamos, necessariamente, também excluindo outros. Isso é importante para que se perceba como o discurso que cria atributos de um bom cidadão, do “cidadão virtuoso”, ao

mesmo tempo o distingue e cria, por contraste, um "outro", cujas práticas e valores podem ser estigmatizados e identificados como "maus" ou "não" cidadãos.

Assumiremos provisoriamente neste texto a utilização do termo igualdade no sentido aproximado ao de equidade. E quanto ao entendimento do termo "desigualdade"? Ela tem diversas dimensões e, portanto, cada análise contemplaria um ou mais aspectos. Porém, nem sempre abordam a sua multidimensionalidade.

Indicadores sociais/educacionais

Mas como se mede a desigualdade na sociedade brasileira? Diogo Coutinho (2013) afirma que os indicadores internacionais usados nas análises não refletem ou capturam de modo adequado e fidedigno algumas particularidades e singularidades do Brasil e cita como exemplo a utilização do índice de Gini:

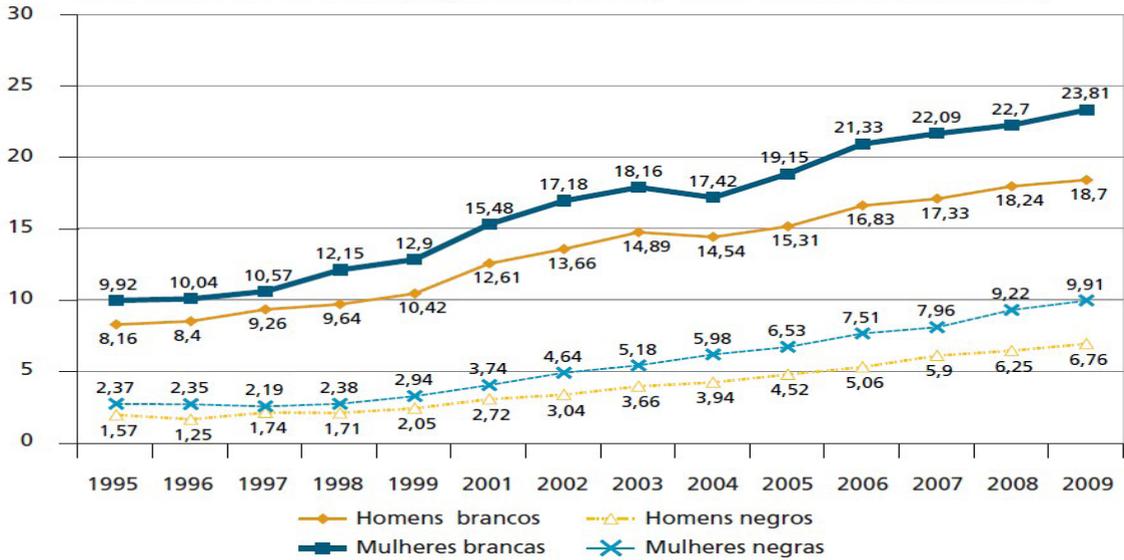
A desigualdade medida pelo **Gini** não é, portanto, inteiramente adequada para revelar a real distribuição da renda entre trabalhadores formais e informais, de um lado, e empresários, banqueiros, latifundiários, proprietários de bens e de imóveis alugados, de outro. Ou seja, o **Gini** não mede a desigualdade acumulada sob outras formas de riqueza que não a renda em sentido estrito. Além disso, o **Gini** não captura a desigualdade de oportunidades, de *status*, de poder, de raça, de gênero. (COUTINHO, 2013, p. 65).

Podemos considerar a importância histórica do índice Gini ou devemos apontar que este deve ser visto como mais um instrumento limitado para a compreensão da desigualdade racial brasileira?

A observação dos indicadores sociais, a partir de 1988, intenciona demonstrar a validade do desenvolvimento e implementação de políticas de ação afirmativa, focais, para que se superem condições históricas de desigualdade. Os indicadores referentes aos níveis de escolaridade da população, presentes nos Relatórios Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, editados pelo IPEA a partir de 2005, ressaltam as mudanças ocorridas na realidade social brasileira, a partir da implantação de políticas públicas.

Gráfico 1

Taxa líquida de escolarização, por sexo, cor/raça e nível de ensino (1995-2009)



Fonte: IPEA, 2011

Gráfico 2



Fonte: IPEA, 2011

A leitura dos gráficos acima indica a evolução dos anos de escolaridade da população negra (homens e mulheres) a partir de 1995: de pouco mais de 4 anos de escolaridade para 7,8 anos (mulheres) e 6,8 anos (homens). Apesar do aumento em anos de escolaridade da população negra, nota-se ainda uma diferença em anos de escolaridade (de dois pontos percentuais) entre a população negra e a população branca, fruto ainda da desigualdade histórica. E demonstra a importância da implementação de políticas de ação afirmativa, mas também da necessidade da continuidade e ampliação de ações que considerem o re-

conhecimento da diversidade e da diferença dos diferentes sujeitos presentes e atuantes na sociedade brasileira, e do papel do Estado. Essa parceria do Estado com os diferentes movimentos sociais vem permitindo não somente a promoção da igualdade e equidade, mas também a construção de identidades. Reinaldo Fleuri (2003, p. 23) observa que:

Esse movimento de reconhecimento dos direitos sociais e culturais das comunidades indígenas e da população afro-brasileira articula-se com os amplos e variados movimentos de luta pelos direitos humanos que vêm se desenvolvendo no Brasil, relacionados com a problemática enfrentada pelos diferentes grupos sociais que se identificam pelas relações étnicas, regionais, de gênero, de gerações, de condições físicas e psicológicas. Através da luta por seus direitos, e do reconhecimento legal e social que vêm ganhando, estes grupos sociais vão construindo suas respectivas identidades sociais e culturais.

Um panorama mais amplo da utilização dos indicadores sociais para a mensuração e compreensão do problema é apresentado por Marcelo Paixão (2008) que articula os seguintes indicadores: a) taxa de analfabetismo na população; b) média de escolaridade da população; c) taxas brutas de escolaridade e de cobertura da rede de ensino; d) taxas líquidas de escolaridade, de eficácia e de adequação ao sistema de ensino por parte das crianças e jovens brasileiros.

A partir do contraste entre os diferentes dados oferecidos por indicadores diversos, Marcelo Paixão (2008, p. 39) afirma que:

[...] podemos perceber que se é verdade que o acesso à rede de ensino em todo o país já está em vias de se tornar universal, por outro lado, quando remetido ao aproveitamento qualitativo da ampliação da rede de ensino, vemos que existem sensíveis defasagens entre a idade dos infantes e jovens brasileiros e a frequência às séries que seriam esperadas.

Os diferentes indicadores sociais e educacionais se mostram, portanto, como um instrumental indispensável para a compreensão do tema e para o delineamento de políticas públicas. Entretanto, seu caráter principalmente quantitativo requer o cotejamento com outros vetores e variáveis, representados pelas contribuições sociológicas e pedagógicas, como os estudos sobre o racismo no espaço escolar, os parâmetros curriculares, o material didático e paradidático e mesmo o papel da família na reprodução das desigualdades raciais na escola.

As mudanças que o Brasil necessita exigem ousadia para romper com padrões cognitivos coloniais e eurocentrados que apresentam uma "intenção" de melhoria por definir "padrões desejáveis de vida", tendo como referência uma situação social cujas profundas (e estruturais) diferenças e diversidades não estão presentes (como estão no Brasil). A respeito das diferenças culturais, Reinaldo Fleuri (2003, p. 18) observa que:

O amadurecimento da sensibilidade para com o tema das diferenças culturais é uma conquista recente. Mas o problema do encontro e do conflito entre culturas é antigo. E

tem sido enfrentado e resolvido geralmente valendo-se de perspectivas etnocêntricas, que pretendem impor o próprio ponto de vista como o único válido.

A transformação necessária na sociedade brasileira exige o desenvolvimento e implementação de indicadores e parâmetros que permitam a visibilização da realidade nacional por meio da utilização de outra(s) lógica(s), produzindo outros indicadores e novos significados para antigos conceitos, que eliminem a iniquidade social da sociedade brasileira, como bem destaca Garcia (2003, p. 26):

Iniquidade não é uma fatalidade, é construção social, produzida com persistência, direcionalidade, coerência e determinação. É feita por comportamentos e atitudes das elites (conformando um padrão para os demais), em particular as do setor privado, e por opções de política governamental, que a cada caso, em cada situação, em toda crise (de qualquer tipo e natureza) beneficia e protege os que têm poder, organização, riqueza, informação, conhecimento, em detrimento dos que pouco ou nada têm. A espiral viciosa, a ganância infecciosa, o egoísmo estúpido, constroem uma sociedade iníqua – estágio avançado na corrida rumo à barbárie. As alternativas sempre existiram, como existem hoje, agora, e existirão amanhã. Poderão ser adotadas quando houver insuportável pressão social e política e compromisso com os que estão sofrendo com a iniquidade e as suas consequências. Ou não, pois a repressão também é uma opção.

As lutas dos diferentes movimentos sociais que emergem na sociedade brasileira contemporânea exigem, principalmente, uma mudança cultural, na qual a educação tem um papel fundamental, para que se respeite a diferença e a se construa um novo olhar sobre a diversidade. Outro caminho está no reconhecimento da(s) identidade(s) presentes na construção do país e sua valorização.

Educar para a diversidade, para a inclusão deve ter como aporte que as diferenças não são suportes para a negação da multiculturalidade. Não! Antes, pelo contrário, a multiculturalidade pressupõe necessariamente a aceitação de valores, conceitos atitudes diversos, construídos de modo multidimensional e pluridirecional não hierarquizantes. (MCLAREN, 2000). Assim como disse Reinaldo Fleuri (2003, p. 31):

A educação passa a ser entendida como o processo construído pela relação tensa e intensa entre diferentes sujeitos, criando contextos interativos que, justamente por se conectar dinamicamente com os diferentes contextos culturais em relação aos quais os diferentes sujeitos desenvolvem suas respectivas identidades, torna-se um ambiente criativo e propriamente *formativo*, ou seja, estruturante de movimentos de *identificação* subjetivos e socioculturais.

Melhorar as condições de existência da enorme maioria da população brasileira, que é *sub* em tudo (renda, habitação, saúde, educação, consumo, informação, poder político, organização social, etc.), pode ter um efeito dinâmico na economia, a ponto de reverter as tendências vigentes de baixo crescimento do produto e aprofundamento da vulnerabilidade externa, de ampliação do desemprego, de aumento dos problemas financeiros da Previdência Social, de exacerbação da instabilidade e da insegurança sociais, entre outras.

E continua o autor:

E não se trata de milagre, mas de mudança de lógica, de ênfase, de estilo de crescimento. Trata-se, também, é verdade, de guiar-se por uma outra ética que, invertendo prioridades, eleve o valor equidade à posição absolutamente dominante: mais para quem tem menos; menos para quem tem mais, o mínimo para quem tem muito e, no limite, nada para quem tem tudo. Não vale, por isso, o argumento de que faltam recursos públicos (orçamentário-financeiros e outros) para se fazer equidade, mesmo reconhecendo que a conquista desta não haverá de ser tarefa exclusiva de governos. (GARCIA, 2003, p. 7, *grifos nossos*).

É necessário construir condições de acesso, manutenção, permanência e sucesso educacional à população negra, de modo que possa ocupar maiores e melhores espaços na estrutura social, política e econômica do país. Para tanto, é preciso compartilhar os recursos existentes para a promoção da justiça social e, conseqüentemente, da equidade.

Algumas considerações finais

A educação como processo de mudança, e a escola como espaço para (re)construção de conhecimentos e ressignificação de símbolos e valores historicamente construídos, pode contribuir para a ampliação e avanço da reformulação das identidades sociais e culturais sem negar as diferenças. Por isso, seu reconhecimento como campo prioritário de efetivação de marcos legais que garantam a realização de práticas pedagógicas e ações educativas inclusivas que contemplem as diferenças e os diferentes. Nesse sentido, as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são avanços e conquistas de movimentos sociais, pois estabelecem padrões que atendem ao reconhecimento e valorização de negros e indígenas, e sua participação na formação da sociedade brasileira.

A ampliação das ações em prol da igualdade e em busca da equidade, desenvolvidas nas últimas décadas do século XX e implementadas na primeira década do século XXI, precisam superar o desafio de efetivação. Precisam também vencer as resistências e contrariedades que ameaçam a permanência de conquistas historicamente negadas e que ainda enfrentam embates para sua consolidação.

A mobilização da sociedade nos seus mais diferentes movimentos sociais, e particularmente pela militância em permanente ação, e a firmeza do Estado no enfrentamento aos "resistentes", que foram privilegiados pela estrutura desigual e excludente da sociedade brasileira, é de extrema importância. É necessário suplantarmos a máxima existente do "vamos garantir direitos iguais para todos, mas não para todos, somente para os iguais", ou seja, superar a lógica da exclusão dos diferentes.

Esperamos, portanto, o reconhecimento das diferenças, da diversidade e da equidade pelo Estado e pela sociedade brasileira são necessárias para a superação do racismo. Compreender os conceitos de equidade, reconhecimento, diversidade e diferença, como ensinou McLaren (2000), a partir do espírito de uma consciência diaspórica transformadora.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cidadania e direitos: aproximações e relações. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: _____. **Escritos de educação**. Organizadores Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 41-64.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica e emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires: CLACSO, ano 1, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em: 02/03/2015.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO Mauro Cezar (Orgs.). **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

COUTINHO, Diogo R. **Diminuição das desigualdades deve ser comemorada com cautela**. Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Entrevistas, 28 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/diminuicao-das-desigualdades-deve-ser-comemorada-com-cautela-entrevista-especial-com-diogo-coutinho/525027-diminuicao-das-desigualdades-deve-ser-comemorada-com-cautela-entrevista-especial-com-diogo-coutinho>>.

Acesso em: 04/02/2015.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 16-35, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1413-24782003000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08/03/2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Iniquidade social no Brasil**: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento. Brasília: IPEA, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0971.pdf>. Acesso em: 08/03/2015.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, 2001, p. 9-44.

MARCON, Telmo. Políticas de ação afirmativa no contexto da sociedade brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 11-33, jan./abr. 2012.

Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/1947/1777>>. Acesso em: 08/03/2015.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário**: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Arte Médicas Sul, 2000.

PAIXÃO, Marcelo. **A dialética do bom aluno**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PERÉZ-GOMÉZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

POCHAMANN, Marcio. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, Brasília: Ipea, v. 1, n. 21, jun. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_21_completo.pdf>. Acesso em: 08/03/2015.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2.